

1 **ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA 6ª -**
2 **REGIÃO - PARANÁ, REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2016.**

3 Ao décimo nono dia do mês de fevereiro de dois mil e dezesseis, realizou-se a Primeira Reunião Ordinária
4 do Conselho Regional de Economia, em sua sede própria, situada à Rua Professora Rosa Saporski, 989,
5 Mercês, Curitiba - Paraná, sob a presidência do Economista Eduardo Moreira Garcia, com a presença dos
6 Conselheiros Efetivos: Andrea Cristhine Prodohl Kovalczuk, Antonio Agenor Denardi, Marcos Kruse,
7 Mirian Beatriz Schneider Braun, Ronaldo Antunes da Silva, do Vice-presidente Celso Bernardo, dos
8 Conselheiros Suplentes: Eduardo Andre Cosentino, Paulo Rogério Alves Brene, Silvana Busnelo Vaz, Luis
9 Alberto Ferreira Garcia. Justificaram ausências, as quais foram acatadas pelo Plenário, Conselheira Efetiva
10 Angeliz Cristiane de Lima Suckow, por motivo de viagem fora do país; Conselheiro Efetivo Carlos Magno
11 Andrioli Bittencourt, por motivo de compromissos anteriormente agendados; Conselheira Efetiva Maria de
12 Fátima Miranda, por motivo de viagem; Conselheiro Efetivo Maurício Cadenas Prado, por motivo de
13 viagem ministrar curso em Cascavel; Conselheiro Efetivo Sérgio Guimarães Hardy, por motivo de viagem;
14 Conselheiro Suplente Claudio Santana Shimoyama, por motivo de colação de grau da filha; Conselheira
15 Suplente Solidia Santos, por motivo de ministrar aula na pós-graduação. Conforme prevê o Regimento
16 Interno do CORECONPR, em seu Art. 8º, parágrafo 1º, os Conselheiros Efetivos ausentes serão
17 substituídos pelos Conselheiros Suplentes presentes, por designação do Presidente, ouvido o Plenário.
18 Assim, passam à condição de efetivos, somente para referida sessão, os Conselheiros Suplentes Eduardo
19 Andre Cosentino, Paulo Rogério Alves Brene, Silvana Busnelo Vaz, Luis Alberto Ferreira Garcia.
20 Contando ainda com a presença do Vice-Presidente do Conselho Federal de Economia Odisnei Bega, do
21 Conselheiro Vitalício Ario Tabora Dergint, do Gerente Executivo do CORECONPR, Amarildo de Souza
22 Santos, do Assessor Jurídico do CORECONPR, Rafael Souza Moro, do Assessor da Presidência Gilberto
23 Coelho de Miranda Junior e da Assessora de Imprensa Inês Dumas. **1 - ABERTURA DO PRESIDENTE**
24 **DO CORECONPR:** Às dezoito horas, o Senhor Presidente declara aberta a sessão, tendo atingido o
25 número regimental de Conselheiros presentes, passando a leitura da pauta da referida reunião. O Senhor
26 Presidente pede Inclusão na Pauta em assuntos gerais dois itens, Propostas e definição dos representantes
27 do CORECONPR no SINCE e ENESUL e a Criação do Registro Ativo com desconto e extinção de novos
28 registros remidos. Inclusões homologadas pela Plenária. **2 – POSSE AOS CONSELHEIROS QUE NÃO**
29 **FORAM EMPOSSADOS NA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2016** O Presidente Eduardo
30 Garcia relata que pela ausência na 1ª Reunião Extraordinária, na solenidade de hoje empossa os
31 Conselheiros Economista Luis Alberto Ferreira Garcia, Conselheiro Suplente do terceiro terço na gestão
32 2016/2018 e a Economista Mirian Beatriz Schneider Braun, Conselheira Efetiva do terceiro terço na gestão
33 2016/2018 e que completam o quadro dos Conselheiros do Conselho Regional de Economia da 6ª
34 Região/Paraná. E que como protocolo a palavra está aberta aos novos integrantes, idem posse da Plenária
35 Extraordinária. O Conselheiro Luis Garcia relata que é com grande satisfação que assume esse segundo
36 mandato, e deseja continuar a colaborar com o Conselho, dentro das possibilidades levarem o Conselho à
37 sua região. Reuniões são realizadas e demonstra o trabalho e a atuação do Conselho. Agradece a
38 participação de todos e espera contribuir ainda mais nesse novo mandato. A Conselheira Mirian Braun
39 relata que já trabalhou no Conselho havia seis ou sete anos atrás e apesar de cansativo, foi muito bom e que
40 no ano passado na cidade de Toledo o (Presidente) Eduardo lhe fez o convite e não teve como recusar. **3 -**
41 **APROVAÇÃO DA ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2016,** realizada em 07 de janeiro
42 de 2016. O Presidente Eduardo Garcia relata à Plenária se existe algo a ser comentado, discutido em relação
43 à Ata. Declara aprovada. **4 – COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO: 4.1 – Inscrições: 4.1.1 - Registros**
44 **Definitivos (deferidos);** Carla Cristiane do Nascimento, Reg. N° 8288, UNIOESTE, delegacia de
45 Cascavel; Eduardo Ortiz Buselatto, Reg.n° 8307, UEL, delegacia de Londrina; José Luiz de Souza, Reg. N°
46 8308, UEPG, delegacia de Ponta Grossa; Marco Aurélio Sigismondi Ahuaji Filho, Reg. N° 8311, UEPG,
47 delegacia de Ponta Grossa; Valério Vivekananda de Freitas Zilber, Reg. N° 8312, UFPR, delegacia de
48 Curitiba; Gisele Rufino de Lima, Reg. N° 8313, FECEA, delegacia de Apucarana; Gustavo Muxfeldt, Reg.
49 N° 8314, UNIFAE, delegacia de Curitiba; Rafael Fernando Ulaf, Reg. N° 8317, METHODISTA/SP,
50 delegacia de Curitiba; Nelson Mendes Pires Filho, Reg. N° 8323, UNIVERSIDADE DO SUL/SC,
51 delegacia de Curitiba. **4.1.2 - Reativando o Registro Definitivo (deferido):** Claudio Glock de Souza,

52 Reg.4194, UNIFAE, delegacia de Curitiba. **4.1.3 – Registro por Transferência (deferido):** Marcos
53 Aurélio Tomaz de Brito, Reg. N° 8309, Brás Cubas/SP, delegacia de Curitiba; Claudio Luiz Modeli
54 Ribeiro, Reg.n° 8316, PUC-SP, delegacia de Curitiba; Josiel Teixeira de Oliveira, Reg. N° 8318,
55 UNISINOS/RS, delegacia de Curitiba; Ricardo Peixoto Ribeiro, Reg. N°8319, UFRS, delegacia de
56 Curitiba; Reginaldo Bezerra de Menezes da Silva, Reg.n° 8321, UEM, delegacia de Curitiba; Duacir
57 Antonio Vicente Junior, Reg. N° 8322, IESAM/AM, delegacia de Curitiba. **4.1.4 - Registro Definitivo de**
58 **Pessoa Jurídica:** Gutjahr e Schio Consultoria Ltda., reg. N° 668, delegacia de Curitiba. **4.1.5 – Registro de**
59 **Estudante:** Mateus Sanches Fernandes, Reg. E-1992, UEL, delegacia de Londrina. **4.2 – Processos de**
60 **Cancelamentos; 4.2.1 - Extinção de Registro por Falecimento (deferidos)** Consuelo Bednaczuk, Proc.
61 Adm. 827/15, Reg. 3307, a partir da certidão de óbito, isto é, 15.04.2012. Em aberto as anuidades de 2006 a
62 2015 que serão canceladas conforme a legislação; **4.2.2. - Remição de Registro (deferido):** Osmei
63 Francisconi, Proc.Adm. 863/15, Reg. 2121, a partir da data em que completou 70 anos, isto é, 05.01.2016;
64 **4.2.3. - Remição de Registro (pedido de vista):** Maria Inês Ferracini, Proc. Adm. 015/16, Reg. 1096, após
65 discussão na plenária a assessoria jurídica pediu vista do processo. **4.2.4. - Suspensão de Registros por**
66 **desemprego (deferido):** Milene Louise Gelenski, Proc.Adm. 861/15, Reg.7539, a partir da data do
67 protocolo e requerimento assinado, isto é, 22.09.15 até 22.09.16. José Carlos Kurecki, Proc.Adm. 867/15,
68 Reg.912 a partir da data do protocolo e requerimento assinado, isto é, 17.12.2015 até 17.12.2016. Marília
69 Regina Manikowski Pietruk, Proc. Adm.025/16, Reg.7226, a partir da data do protocolo e requerimento
70 assinado, isto é, 29.12.2015 a 29.12.2016; **4.2.5. - Prorrogação de Suspensão de Registros por**
71 **desemprego (deferido):** Giovanna Ferreira Schimmelpfeng Ramos, Proc.Adm. 577/14, Reg.7842, a partir
72 da data do vencimento da primeira suspensão, isto é, 22.12.2015 até 22.12.2016. Há TCD das anuidades de
73 2013 a 2014; Darcy Pedro Thomaz, Proc.Adm. 099/15, Reg.1741, a partir da data do vencimento da
74 primeira suspensão, isto é, 16.12.2015 a 16.12.2016; Sergio Pacheco, Proc.Adm. 507/14, Reg. 7351, a
75 partir da data do vencimento da primeira suspensão, isto é, 28.11.2015 a 28.11.2016. Em aberto a anuidade
76 proporcional de 2014; **4.2.6 - Cancelamento de Registros por Aposentadoria (deferidos):** Edson Kaku,
77 Proc. Adm. 017/16, Reg. 2683, a partir da data do protocolo e requerimento assinado, isto é, 15.12.2015;
78 Deise Espinola Hellender, Proc.Adm. 851/15, Reg.4796, a partir da data do protocolo e requerimento
79 assinado, isto é, 08.12.2015; Marcos Ramil de Souza Netto, Proc.Adm. 877/15, Reg. 6592, a partir da data
80 do protocolo e requerimento assinado, isto é, 22.12.2015. Há débito da anuidade de 2015; Rosiney Marilu
81 de Lazzari, Proc.Adm. 879/15, Reg.3239, a partir da data do protocolo e requerimento assinado, isto é,
82 22.12.2015; **4.2.7. - Cancelamento de Registros por Não Exercício da Profissão (deferidos):** Adiléia
83 Ribeiro Santos, Proc.Adm. 869/15, Reg. 7948, a partir da data do protocolo e requerimento assinado, isto é,
84 12.11.2015; Américo Massaru Shishido, Proc. Adm. 269/15, Reg.3860, a partir da data do protocolo e
85 requerimento assinado, isto é, 22.06.2015; Ana Cristina Kalva de Andrade, Proc.Adm. 377/14, Reg.4967, a
86 partir da data do protocolo e requerimento assinado, isto é, 26.08.2014; Benedita Helena Fonseca,
87 Proc.Adm. 849/15, Reg. 5148, a partir da data do protocolo e requerimento assinado, isto é, 04.12.2015. Há
88 TCD das anuidades de 2008 a 2015; Elaine Jussara Marchioro, Proc.Adm. 829/15, Reg.7193, a partir da
89 data do protocolo e requerimento assinado, isto é, 19.10.2015. Há TCD das anuidades de 2008 a 2015;
90 Fabia Lisbão Teixeira da Silva, Proc.Adm. 859/15, Reg. 7398, a partir da data do protocolo e requerimento
91 assinado, isto é, 16.07.2015. Há TCD das anuidades de 2009 a 2014 e 2015 proporcional; Kleber José
92 Olímpio, Proc.Adm. 875/15, Reg. 7762, a partir da data do protocolo e requerimento assinado, isto é,
93 22.12.2015; Leandro Cesar Porrua, Proc.Adm. 857/15, Reg.8032, a partir da data do protocolo e
94 requerimento assinado, isto é, 10.12.2015; Marcos Henrique Pessoa, Proc. Adm.027/16, Reg.8108, a partir
95 da data do protocolo e requerimento assinado, isto é, 30.12.2015. Há débito da anuidade de 2015; Marlice
96 Anzowski, Proc. Adm. 021/16, Reg.8254, a partir da data do protocolo e requerimento assinado, isto é,
97 28.12.2015; Rafael Marchiorato França, Proc. Adm. 019/16, Reg. 6359, a partir da data do protocolo e
98 requerimento assinado, isto é, 30.12.2015. Há débito das anuidades de 2011 e 2012; Wellington da Silva
99 Pereira, Proc. Adm. 023/16, Reg.7087, a partir da data do protocolo e requerimento assinado, isto é,
100 29.12.2015; Sueli Pires, Proc. Adm.573/14, Reg.5225, indeferido na 3ª reunião plenária de 2015. Recurso
101 comprovando que é Contadora registrada no CRC e mudou de função. A plenária discutiu o caso e decidiu
102 pelo deferimento a partir da data do protocolo e requerimento assinado, isto é, 19.12.2014; Alexandre

103 Augusto Rodrigues Simão, Proc. Adm. 029/16, Reg.6725, Economista é auditor fiscal de tributos na
104 Prefeitura de Londrina e apesar de solicitar, entre outras formações, a de Ciências Econômicas as funções
105 do cargo estão voltadas para Contabilidade. Após discussão foi decidido pelo deferimento a partir da data
106 do protocolo e requerimento assinado, isto é, 30.12.2015; Humberto Santos Cerqueira, Proc.Adm. 379/14,
107 Reg.4082, a ser discutido com a plenária. Economista se mudou para Bahia e fez o registro no
108 CORECONBA, porém na época não foi cancelado aqui e ficou com os 2 registros ativos. Após discussão a
109 plenária decidiu pelo deferimento a partir da data de transferência para o CORECONBA, isto é, 27.07.1998
110 e cancelamento dos débitos posteriores. **4.3 - Pessoa Jurídica: Cancelamento por Não Exercício**
111 **(deferido):** Nobex Consultoria Ltda., Proc.Adm. 119/15, Reg.526, a interessada tem duas empresas com o
112 mesmo nome e tanto as empresas como o sócio tem registro no CORECON e está operando só uma delas e
113 esta não pode encerrar ou alterar o objeto social devido a ser proprietária da marca registrada da empresa.
114 Após discussão foi decidido pelo deferimento, a partir da data do pedido de cancelamento, isto é,
115 02.03.2015, também que envie anualmente comprovação de não atividade na empresa; **4.4 - Processos da**
116 **Fiscalização:** Consufor Consultoria e Avaliações Ltda. Proc. Adm. 450/14, Exercício Ilegal, arquivar
117 efetivação do registro; Audiocontrol Auditoria Consultoria Ltda., Proc.Adm. 147/12, Exercício Ilegal,
118 arquivar falta de CNPJ para continuidade da cobrança, multa cancelada; Séculus Consultoria Ltda.
119 Proc.Adm. 112/14, Exercício Ilegal, procede Auto de Infração com aplicação de multa; ABM Global Ltda,
120 Proc.Adm. 175/11, Exercício Ilegal, durante o processo foi constatado que a empresa foi baixada e como já
121 haviam recebido o auto de infração discutiu-se a possibilidade de multa em nome dos sócios. Foi decidido
122 pelo arquivamento do processo; Trajecto Consultoria Ltda. Proc.Adm, 421/13, Exercício Ilegal, procede
123 Auto de Infração com aplicação de multa; Daniel Antonio Pelisson, Proc.Adm.065/15, Exercício Ilegal,
124 procede Auto de Infração com aplicação de multa; CMA Consultores Associados Ltda. Proc.Adm.314/12,
125 considerando a alteração contratual e declarações de inatividade a plenária decidiu não aplicar a multa e
126 arquivar o processo; Evandro de Santa Cruz Arruda, Proc.Adm.355/14, após discussão na plenária a
127 assessoria jurídica pediu vista do processo. **5 - COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS: 5.1 - 2ª**
128 **Reformulação Orçamentária de 2015 - Resolução 002/2016:** Dando continuidade e considerando a
129 ausência do Presidente da Comissão de Tomada de Contas, o Senhor Presidente do CORECONPR passa a
130 palavra ao Conselheiro Ronaldo Antunes da Silva, membro efetivo da Comissão que apresenta aos demais
131 Conselheiros, a proposta da 2ª reformulação orçamentária do exercício de 2015. Em conformidade com a
132 legislação vigente, levamos à apreciação dos Senhores Conselheiros, através dos relatórios contábeis, a 2ª
133 Reformulação Orçamentária deste CORECONPR relativa ao exercício de 2015. Salienta que o estudo da
134 reformulação foi discutido em conjunto com a Gerente Executivo e que a proposta visa adequar as contas
135 do CORECONPR ao comportamento da execução orçamentária. Contudo conclui-se que a comissão
136 posiciona-se a favor da aprovação da referida reformulação. Após apresentação, o Senhor Presidente coloca
137 em votação a proposta da 2ª Reformulação Orçamentária de 2015 e da Resolução 002/2016, as quais são
138 aprovadas pela Plenária. **5.2 - Aprovações da Prestação de Contas do exercício 2015 - Resolução**
139 **003/2016:** Continuando, o Conselheiro Ronaldo Antunes da Silva faz algumas considerações e dando
140 cumprimento ao que determina a legislação vigente, é levada à apreciação dos demais Conselheiros deste
141 CORECONPR, a Prestação de Contas do exercício de 2015, demonstrada nas peças apresentadas,
142 examinadas e analisadas na extensão julgada necessária. Conclui-se que a comissão posiciona-se a favor da
143 aprovação da Prestação de Contas do exercício de 2015. O Conselheiro Marcos Kruse relata que havia
144 solicitado em uma sessão plenária o repasse para aquisição de periódicos para a assessoria jurídica, relata de
145 extrema importância esse subsídio para o trabalho de nosso departamento jurídico. O gerente executivo
146 Amarildo de Souza Santos relata que sim, havia sido aprovada esse pedido do conselheiro, mas está para o
147 exercício do ano corrente. Após a explanação, o Senhor Presidente do CORECONPR coloca em votação a
148 aprovação das contas referentes ao exercício de 2015 e da Resolução 003/2016, as quais são aprovadas pelo
149 Plenário. **6 – FORMAÇÃO DAS COMISSÕES DE TRABALHO, NÚCLEOS E OUVIDORIA:** O
150 Presidente Eduardo Garcia relata que as comissões, núcleos e ouvidoria são sempre escolhidas e definidas
151 na primeira Reunião Plenária do Ano e para este seu mandato deseja a criação de dois novos grupos de
152 trabalho. O primeiro é a Comissão de Valorização e Fortalecimento da Profissão, criada para fortalecer a
153 marca do Conselho, atingindo a mídia e tornar-se institucional na demonstração das atividades e atuação do

154 Conselho. A outra Comissão é a de Relações Institucionais visto que no ano anterior por advento do XXI
155 CBE fez falta uma comissão que pudesse facilitar o trânsito em relação à busca de patrocínios, apoios e
156 palestrantes para o evento. Outro é a coordenação da subsede norte, uma pessoa responsável pelos atos e
157 canal dos economistas da região aos assuntos inerentes ao Conselho. O Conselheiro Luis Garcia relata que
158 fossem disponibilizados essas portarias e os prováveis pretendentes num período anterior à Plenária visto
159 que compromissos de início do ano impossibilita a presença de todos os Conselheiros juntos. O gerente
160 executivo Amarildo Santos relata que ocorreram tentativas iguais a essa sugestão em anos anteriores, mas
161 acabaram não dando certo. **6.1 – Comissão Especial para Acompanhamento, Conferência e**
162 **Desfazimento de Bens – Portaria 008/2016:** Mantida a mesma Comissão de 2015, composta pelos
163 Conselheiros Antonio Agenor Denardi, Ronaldo Antunes da Silva e do Vice-presidente Celso Bernardo.
164 Homologada através da Portaria 008/2016. **6.2 – Comissão de Eventos – Portaria 009/2016;** o Presidente
165 Eduardo Garcia relata que essa comissão foi criada ano passado para o XXI CBE e que deve manter-se em
166 virtude dos eventos que o Conselho promove ou participa. E indica os Economistas Mirian Beatriz
167 Schneider Braun como coordenadora, Ângela Aparecida Godói Amaral Broch e Lucas Lautert Dezordi.
168 Comissão homologada através da Portaria 009/2016. **6.3 – Comissão de Capacitação Profissional –**
169 **Portaria 010/2016:** o Presidente Eduardo Garcia relata que será composta pelos Economistas Solídia
170 Elizabeth dos Santos como coordenadora, Sérgio Guimarães Hardy, Antonio Agenor Denardi, Carlos
171 Magno Andrioli Bittencourt, Celso Bernardo e Eduardo Moreira Garcia. Comissão homologada através da
172 Portaria 010/2016. **6.4 – Comissão de Valorização e Fortalecimento da Profissão - Portaria 011/2016:** o
173 Presidente Eduardo Garcia relata que será composta pelos Economistas Claudio Santana Shimoyama como
174 coordenador, Celso Bernardo e pela assessora de imprensa, jornalista Inês Dumas. Comissão homologada
175 através da Portaria 011/2016. **6.5 – Comissão do CORECON Acadêmico – Portaria 012/2016:** o
176 Presidente Eduardo Garcia relata que será composta pelos Economistas Paulo Rogério Alves Brene como
177 coordenador, Angeliz Cristiane de Lima Suckow, Mirian Beatriz Schneider Braun, Luiz Alberto Ferreira
178 Garcia, Carlos Magno Andrioli Bittencourt, Lucas Lautert Dezordi e Solídia Elizabeth dos Santos. O
179 Conselheiro Paulo Brene relata que a intenção é organizar o CORECON Acadêmico e lançar um manual
180 dos procedimentos a ser seguidos pelos centros acadêmicos das IES do Estado do Paraná. Comissão
181 homologada através da Portaria 012/2016 **6.6 – Comissão de Relações Institucionais – Portaria**
182 **013/2016;** o Presidente Eduardo Garcia relata que será composta pelos Economistas Carlos Magno
183 Andrioli Bittencourt como coordenador, Sergio Guimarães Hardy, Eduardo Moreira Garcia, Celso
184 Bernardo, Claudio Santana Shimoyama, da assessoria de imprensa, jornalista Inês Dumas e de todos os
185 Delegados Regionais. Comissão homologada através da Portaria 013/2016. **6.7 – Núcleos – Portaria**
186 **014/2016;** o Presidente Eduardo Garcia relata que será composta; 6.7.1 Núcleo de Peritos, Economista
187 Tiago Jazynski. 6.7.2 Núcleo de Coordenadores dos Cursos de Economista Lucas Lautert Dezordi. 6.7.3
188 Núcleo de Economia Empresarial pelo Economista Eduardo André Cosentino. Núcleos homologados
189 através da Portaria 014/2016. **6.8 – Designação de Ouvidor do CORECONPR – Portaria 015/2016;** o
190 Presidente Eduardo Garcia relata que será composta pela Economista Andréa Cristhine Prodohl Kovalczuk,
191 Ouvidor designado através da Portaria 015/2016. **6.9 – Designação de Coordenador das Delegacias**
192 **Regionais – Portaria 016/2016;** o Presidente Eduardo Garcia relata que será composta pela Economista
193 Maria de Fatima Miranda. Designado através da Portaria 016/2016. **6.10 – Designação de Coordenador**
194 **da Subsede Norte – Portaria 017/2016;** o Presidente Eduardo Garcia relata que será composta pelo
195 Economista Laércio Rodrigues de Oliveira. Designado através da Portaria 009/2016. **7. COMISSÃO DE**
196 **ÉTICA:** O Conselheiro Ronaldo Antunes da Silva relata que o processo Administrativo 372/12 contra o
197 Economista Sinésio Eloi Gomes surgia à dúvida do foro, se Paraná ou Santa Catarina, o ato registrado no
198 Paraná de fato. A empresa Codiflex Comércio de Manufaturados Ltda. Efetuou pagamento de dívida fiscal
199 com títulos públicos, segundo o processo em andamento, estes títulos foram acatados de forma
200 impropriedade para este fim e utilizados, segundo o juízo, de forma indevida. Ao Conselho pede-se que o
201 economista se manifeste, uma vez que as informações foram fornecidas pela autora – Codiflex e seus
202 advogados. Como esse pagamento não terá êxito para pagamento dessa dívida sugere-se que este continue
203 em seu trâmite normal. O Presidente Eduardo Garcia relata então que seja dado prosseguimento normal
204 neste Processo Administrativo. O conselheiro Marcos Kruse relata que se os títulos forem válidos o Estado

205 tem sim, grande interesse nestes papéis de títulos de dívida pública. O relator Ronaldo relata que
206 resumidamente a empresa adquiriu do economista estes papéis para liquidação de dívida com o Estado e o
207 juiz não os acatou, portanto pedimos que o economista se manifeste. O conselheiro Paulo Brene relata que
208 se juntarem estas informações na inicial, pode ser prejudicial ao economista pelos fatos apurados e com
209 participação do Conselho. O conselheiro Marcos Kruse relata que o economista Sinésio Eloi Gomes se
210 manifeste neste processo. O presidente Eduardo Garcia pede a Plenária que se manifeste em relação à
211 continuidade ou não do processo, todos concordam em dar prosseguimento. O conselheiro Paulo Brene
212 relata que se registre nesta Ata que estamos oferecendo a possibilidade de ampla defesa ao economista. **8 –**
213 **26° PRÊMIO PARANÁ DE ECONOMIA: 8.1 – Aprovação do Projeto e Regulamento do 26° Prêmio**
214 **Paraná de Economia:** o Presidente Eduardo Garcia relata que indica como coordenadora a conselheira
215 Maria de Fatima Miranda e pede aprovação. O procedimento seria praticamente igual aos efetuados nos
216 anos anteriores, apenas com a inclusão da categoria Artigos, estes copiados da premiação anteriormente
217 promovida pelo Conselho, Prêmio BRDE, evidentemente, hoje, sem apoio deles. Recriando essa premiação
218 para Artigos, sugerimos definir a comissão. Em contato com a conselheira Maria de Fatima Miranda esta
219 também indica os conselheiros Luiz Alberto Ferreira Garcia, Paulo Rogério Alves Brene, Silvana Busnello
220 Vaz, Ângela Aparecida Godói Amaral Broch, Antonio Agenor Denardi e Marcos Kruse. O conselheiro
221 Marcos Kruse relata que compartilha e acompanha o trabalho do Conselho em fiscalizar os caminhos da
222 economia, e atenta para profissionais que acabam contribuindo como o Conselho e assim mesmo não tem a
223 representação neste Prêmio. Cita e sugere premiação para Economia de Empresas. Mas quem faria a
224 avaliação? Professores? Não existem trabalhos apresentados em Perícia Econômico-Financeira. Com esse
225 hiato, passa-se a imagem de que o Conselho não dá o devido respaldo aos economistas, ficam sem espaço.
226 Além do mais a premiação em dinheiro poderia ser complementada, ou utilizada parte do orçamento em
227 premiação para uma publicação em um livro. Seria de grande incentivo aos economistas. O Conselheiro
228 Antonio Denardi relata que se não tiver premiação em dinheiro, não há incentivo à sua participação, às
229 vezes o economista premiado não tem condições de arcar com as despesas para participação no prêmio, em
230 custeio de viagem para receber o prêmio, em despesas de correios, entre outros. O Conselheiro Eduardo
231 Cosentino relata que então seja necessário reformular a premiação, as categorias. O presidente Eduardo
232 Garcia relata que premiação semelhante ocorre no Estado da Bahia. A premiação resulta numa publicação
233 do CORECONBA aos primeiros colocados de cada categoria. Quanto a categoria de Economia Pura e
234 Aplicada contém sim subsídios para que sejam inseridos nesta (categoria) para premiação, uma vez que
235 com este título nem disciplinas existem nas instituições de ensino. O Conselheiro Paulo Brene concorda e
236 relata que a todo instante recebe monografias de economia empresarial, de análise de projetos, de avaliação
237 de empresas, que estão na categoria de economia pura e aplicada. E também é favorável à reformulação
238 inclusive na premiação de trabalhos práticos, projetos. O Conselheiro Ronaldo relata que na linha
239 estabelecida, serve para a reformulação do regulamento para 2017. O Conselheiro Eduardo Cosentino relata
240 que se essa reformulação não poderia ser ainda neste ano, e que fosse sugerida às instituições de ensino a
241 mudança para a premiação na categoria Economia Pura, Aplicada e Empresarial. O conselheiro Paulo
242 Brene relata que se pode comunicar a comissão e orientar aos colegas. O presidente relata que fará neste
243 momento as sugestões e alteração no regulamento do Prêmio. O gerente executivo Amarildo Santos relata
244 que se tentou em anos anteriores definir de forma antecipada essa comissão, o regulamento, mas não
245 obtiveram êxito. O conselheiro Antonio Denardi relata que gostaria de ver e analisar antes da Plenária. O
246 conselheiro Luis Garcia relata que sejam realizadas reuniões da comissão para efetivar essa reformulação.
247 O presidente Eduardo Garcia relata que juntamente com a conselheira Maria de Fatima Miranda em 2011,
248 percorreu as instituições de ensino do Estado e dentre várias solicitações, foi alterado que os professores
249 para indicação dos alunos deveriam estar registrados no CORECON e adimplentes, o que restringia e muito
250 a remessa dos trabalhos. Com o trabalho da comissão e sua aprovação, abriram para os professores de
251 economia somente, aumentando as opções aos alunos. E cita ainda que é difícil fazer o planejamento desde
252 a primeira reunião plenária do ano, pois se tem prazos para ser cumpridos e é ótimo que a plenária
253 demonstre grande interesse em realizar as modificações necessárias. O Conselheiro vitalício Ario Dergint
254 relata que é muito bom começar as comissões de trabalho do Conselho praticamente com a maioria dos
255 nomes definidos e vindo do ano anterior. Isto mostra a continuidade que o presidente deseja, e com o

256 facilitador de que sendo praticamente os mesmos nas comissões, possuir uma visão abrangente dos
257 objetivos que a premiação do Prêmio Paraná atinge. Reestruturar os objetivos da comissão e até mudar
258 alguns de seus membros, é sadio. Torna mais moderno o pensamento. O Conselheiro Eduardo Cosentino
259 pergunta a plenária quantos trabalhos são entregues em média, e com a informação de que são em torno de
260 quarenta, sugere a possibilidade de ser cobrada dos participantes a quantia entre trinta e quarenta reais e o
261 montante ser passado à premiação. O presidente Eduardo Garcia relata nem sem custo atingem a demanda
262 ideal. Por isto deseja que o Planejamento Estratégico seja discutido ainda no segundo semestre deste ano e
263 inserir as reformulações no regulamento. Seria uma forma de aprová-lo ainda neste ano, e somente cabendo
264 ajustes e informações no início de 2017. O Conselheiro Antonio Denardi sugere mudanças em partes do
265 texto apresentado. O gerente executivo Amarildo Santos relata que antes de finalizar a publicação,
266 encaminhará aos conselheiros novamente e que se quiserem apresentar complementos o façam no prazo
267 estipulado de uma semana. O Conselheiro Luis Garcia também solicitou algumas inclusões, alterações no
268 Regulamento e no Projeto. O presidente Eduardo Garcia então sugere que se realizem no prazo de uma
269 semana as alterações no texto que se façam necessárias, A plenária decide sua aprovação imediata, somente
270 com as ressalvas para apreciação da presidência. **9 – IV PROGRAMA NACIONAL DE**
271 **RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS NO SISTEMA COFECON/CORECONs**, homologação em *ad*
272 *referendum* da resolução 001/2016 do CORECONPR. O presidente Eduardo Garcia relata que é uma
273 discussão que anualmente surge e que alguns Conselhos são a favor, outros Conselhos são contrários à ideia
274 de ofertar descontos aos inadimplentes a regularizarem seus débitos, entretanto o Conselho do Paraná é
275 favorável e a Plenária aprova em *ad referendum* através da Resolução 001/2016. **10. ASSUNTOS**
276 **GERAIS: 10.1 - Notícias do COFECON;** o Vice-Presidente do COFECON, Odisnei Bega, relata que na
277 última reunião ampliada do COFECON em Brasília definiu-se as comissões de trabalho para o ano vigente,
278 serão realizadas durante o ano, metade das reuniões do Conselho Federal de forma ampliada, dando
279 possibilidade aos Conselhos que não possuem representatividade, apenas regionais, a participarem
280 efetivamente. Outra notícia relatou que o Conselho Regional do Amapá deixou de existir, passando a ser
281 uma delegacia do Conselho do Pará. O vice-presidente Celso Bernardo relata que esteve também em
282 Brasília, juntamente com o presidente e com este gesto citado pelo vice-presidente Bega buscou-se a
283 democratizar mais o Conselho Federal. Com essas reuniões ampliadas deu mais força aos ditos pequenos
284 Conselhos Regionais, inclusive com direito a voto, parabeniza ao gesto do Conselho Federal estendendo ao
285 seu vice-presidente tal iniciativa. O vice-presidente do Conselho Federal relata que das próximas seis
286 reuniões plenárias, três serão ampliadas. O vice-presidente Celso Bernardo relata que entre outros assuntos
287 discutidos, aprovaram-se os encontros regionais: ENESUL, e os demais encontros das regiões norte,
288 nordeste, centro-oeste e sudeste do Brasil. O vice-presidente Bega relata que esse grupo de trabalho do
289 Conselho Federal que hoje possuem dezoito membros, passar-se-á para vinte e um em 2017 praticamente
290 todo o país sendo representado. O vice-presidente regional Celso Bernardo relata que é da pauta das
291 reivindicações do Conselho Federal vir a participar de forma efetiva do chamado CONSELHÃO, grupo de
292 trabalho de várias categorias que se reúnem com a Exma. Presidenta Dilma Rousseff para discutir assuntos
293 de grande importância à sociedade. Relata ainda que por possuir certa facilidade em contatar o Ministro do
294 Planejamento e por sua última ida à Brasília por problema de agenda do Senhor Ministro acabou não o
295 recebendo, mas é motivo de encaminharos propostas. Problemas como desemprego, desindustrialização
296 zero, salvamo-nos pelo agronegócio em 2015 e até quando ficaremos nessa situação. Faz-se necessário
297 buscarmos soluções e o Conselho Federal por não possuir uma cadeira neste “conselhão” busca o mais
298 rápido possível integrar-se neste grupo de trabalho, e não apenas como observador, como ocorre
299 atualmente. O Conselheiro Eduardo Cosentino relata que o Conselho Federal deveria publicar uma carta de
300 indignação até à Casa Civil da Presidência da República, pois não possuir uma cadeira cativa dentre os
301 membros que discutem economia, o principal agente ficar de fora. Uma nota de repúdio poderia ser
302 sugerida, dando visibilidade aos economistas do Brasil. **10.2: Proposta para a Pauta da Reunião**
303 **Plenária do COFECON:** O Presidente Eduardo Garcia informa que nos dias 08 e 09 de abril o Conselho
304 Federal reunirá para a próxima plenária e abriu aos Conselhos Regionais que fossem encaminhadas
305 propostas, duas por regionais, o que peço que os Conselheiros, se quiserem encaminhe à presidência e ao
306 gerente executivo para compilarmos e encaminharos as reivindicações ou sugestões. **10.3 – Palavra**

307 **aberta aos Conselheiros:** o Conselheiro Marcos Kruse relata que se candidata a participar do SINCE, se
308 assim for de consenso da Plenária. Cita que havia criado em Maringá o centro acadêmico Dílson Funaro e
309 entre as atribuições estava a avaliação dos professores, modelo semelhante foi levado à discussão no
310 congresso da ANGE no ano passado e puderam observar que a palavra dos alunos foi muito pouco
311 representativa. Portanto o CORECON Acadêmico precisa se fortalecer e não ser imposto de cima para
312 baixo com o trabalho do Conselho. Gostaríamos de levar essas propostas ao SINCE, visto que retornou com
313 a negativa do encontro anterior, alegando que a ANGE pouco ou nada poderia fazer. Entende que na
314 especialização na grade curricular infelizmente não há disciplinas que sejam abrangentes aos economistas,
315 como economia de empresas, contabilidade, direito, economia rural mercado de ações entre outras,
316 apresentadas de uma maneira mais aprofundada causando embasamento ao economista poder atuar em
317 perícias judiciais com todos os pré-requisitos. Outro detalhe é por que não temos licenciatura em economia,
318 poderíamos ensinar noções de economia, matemática financeira na grade curricular e em paralelo também
319 constar na grade da economia noções de pedagogia, para o economista que quer ingressar na carreira
320 acadêmica estar muito melhor preparado. Essas pautas foram levadas ao congresso da ANGE e levaremos
321 ao SINCE. O Conselheiro Paulo Brene relata que no caso do CORECON Acadêmico não se pode fazer a
322 tutela pelo Conselho. O trabalho de reformulação tem que partir dos alunos. Dinamizar os centros
323 acadêmicos, centro das discussões políticas e acadêmicas. Outro assunto que debati com professores da
324 UEL antes de minha vinda a Curitiba seriam ações que o Conselho faz em relação a fiscalização dos
325 professores em que alguns que lecionam a economia não são registrados e não fazem menção nenhuma de
326 efetivar seus registros. Existe mágoa grande e vejo com razão o argumento que usam para descrever a
327 situação financeira em detrimento a classe, preocupa pois veem a fiscalização, no caso de um processo que
328 estamos acompanhando de perto e que o juízo deu ganho de causa ao professor, instruindo-o ao não
329 pagamento ao Conselho, o que nos levará ao arquivamento do processo. Para evitarmos futuras situações
330 idênticas precisamos rever a estratégia adotada. Ou poderemos reportar ao Conselho Federal que o
331 profissional formado ou não, que não atue fora da sala de aula a não necessidade do exercício da profissão,
332 ou de criar uma maneira que caso viesse a se registrar, fazê-lo em uma categoria diferenciada em valor, um
333 valor simbólico fazendo com que voluntariamente procurasse os Conselhos Regionais para efetivar seu
334 registro e mantendo um fluxo de caixa saudável. Aproveitei minha fala para demonstrar minha
335 preocupação. Outro detalhe que quero registrar é que fui voto vencido em relação ao SICREDI, e busco sim
336 recolocar os economistas nos cargos que aparentemente são de direito. Caso tenhamos profissionais de
337 outras áreas atuando, devem ser trocados sim, afinal em meu ponto de vista é uma das funções do Conselho
338 a fiscalização da profissão do economista. O Conselheiro Luis Garcia relata que a gente vê o despreparo de
339 alguns professores de economia e que se exigir o registro é mais fácil e às vezes ele próprio não tem as
340 ferramentas necessárias. Busca-se aos alunos e aos professores serem replicadores e ganhar esses
341 profissionais. Junto com os delegados, conselheiros constantemente entrar em contato com as instituições e
342 informar as atividades do Conselho, trazendo à luz as nossas atividades expor ao colegiado o que fazemos e
343 reverter em ganho e não em perda. O Presidente Eduardo Garcia relata que o Conselho só terá serventia no
344 momento em que for útil ao economista, quando tiver compensação, e somente quando for favorável a ele,
345 essencial. Infelizmente e grosso modo é isso. O conselheiro Luis Garcia relata que é exatamente o que
346 conselhos como o de medicina, arquitetura, a OAB entre outros oferece. Sua contrapartida é de interesse
347 dos profissionais e assim o buscam. **10.4 – Aprovação do Calendário de Eventos e Plenárias para 2016.**
348 O Presidente relata que a todos os conselheiros constam, nas pastas a relação das datas dos eventos e das
349 plenárias do ano de 2016 pedem para consulta e aprovação. Aprovada. **10.5 – Próxima reunião plenária
350 em 18 de março de 2016** – sexta-feira. O Presidente Eduardo Garcia relata que a próxima reunião plenária
351 será no dia 18 de março de 2016 em uma sessão festiva por ocasião da posse do CORECON Acadêmico e
352 da posse festiva dos terceiro terço dos conselheiros, do presidente e vice do Conselho. **10.6.** Propostas e
353 definição dos representantes do CORECONPR no SINCE e ENESUL: O presidente Eduardo Garcia relata
354 que recebeu um ofício do COFECON em relação ao SINCE- Simpósio Nacional dos Conselhos de
355 Economia, evento que ocorre em anos alternados com o CBE. O ofício solicita ao Conselho o envio de
356 propostas, de temas nos três principais grupos: “*formação de aperfeiçoamento profissional e mercado de
357 trabalho*”, “*aperfeiçoamento do sistema COFECON/CORECON*” e “*estrutura e conjuntura econômica e*

358 *política social Brasil*”. Propostas para serem debatidas, um detalhe que ocorre em todos os anos do SINCE
359 é que quem possui doutorado em economia e não possui graduação em economia não é economista. Estas
360 propostas terão que vir até o dia 29/07/2016. O Conselheiro Eduardo Cosentino relata que devem enviar ao
361 COFECON as propostas? O Conselheiro Marcos Kruse relata que não, é grupo de propostas, compiladas
362 aqui em Plenária. O Conselheiro Denardi relata que devemos rever e compilar as propostas na Plenária
363 próxima ao prazo do envio. O Conselheiro Eduardo Cosentino relata que o terceiro tema extrapola a
364 atividade e objeto dos Conselhos, de que forma é finalizado esses grupos de trabalho. O Conselheiro
365 Marcos Kruse relata que ao término do Simpósio é redigida uma carta, havendo consenso entre os
366 participantes votantes é claro. O Presidente Eduardo Garcia relata que ao final da Plenária os Conselheiros
367 escolham ou se candidatem a participar além do SINCE, também ao ENESUL que será em Florianópolis-
368 SC entre os dias 3 e 4 de agosto, lembrando que não é regra, mas quem se candidatar a um evento, não fará
369 parte do outro. O Conselheiro Denardi relata que os Conselheiros deveriam fazer um esforço e ir ao SINCE,
370 pois o trabalho que é realizado por lá é de grande valia aos economistas e o Conselho do Paraná nos últimos
371 encontros tem uma participação muito atuante. Os debates são técnicos e convida aos Conselheiros,
372 Delegados e Funcionários a participar, dentro das possibilidades do Conselho. O Presidente Eduardo Garcia
373 informa que aqueles que desejam representar o Conselho nos eventos programados deste ano, SINCE em
374 Natal e ENESUL em Florianópolis deverão comunicar a gerência executiva com as seguintes condições,
375 uma vez solicitado será marcado as passagens e se por ventura ocorrer alguma alteração, as despesas serão
376 por conta do conselheiro/ delegado. E não é via de regra, mas entende-se que se for a um dos eventos não
377 deverá ir ao outro, salvo exceções analisados pela presidência. Conselheiros que se manifestarem o
378 interesse em ir ao SINCE: Marcos Kruse, Ronaldo Antunes da Silva, Luis Garcia, Antonio Denardi Paulo
379 Brene, Silvana Busnelo e o vice-presidente Celso Bernado, para ENESUL Mirian Braun, Silvana Busnelo
380 e o presidente Eduardo Garcia. Os demais conselheiros ausentes na sessão, serão consultados a
381 respeito.**10.7 – Criação do Registro Ativo com desconto e extinção de novos registros remidos. 10.1**
382 **Resolução 04/2016:** O presidente relata que acaba de receber em mãos uma resolução do Conselho Federal
383 e que tem o prazo de até o próximo dia 29 para encaminhar a decisão da Plenária. Trata-se da Resolução
384 04/2016 CORECON: “criação do registro ativo e com descontos e a extinção do registro de economista
385 remido”. Modifica-se o registro do economista ao atingir a idade de setenta anos para homens e sessenta e
386 cinco para mulheres, passando para a categoria de ativo com desconto na anuidade. O valor desse desconto
387 da anuidade é definido por cada Conselho Regional. O vice-presidente do COFECON, Odisnei Bega relata
388 que esteve na Plenária do Conselho Federal na aprovação dessa resolução e a decisão de que o economista
389 ao aposentar ou a chegar a essa faixa de idade continue a pagar um pouco os Conselhos Regionais. O
390 desconto, após decisão, pode chegar a 90% do valor da anuidade. E esse percentual é decidido à critério de
391 cada Conselho Regional. O Conselheiro Eduardo Cosentino pergunta quantos economistas estão remidos
392 atualmente. O Presidente Eduardo Garcia relata que os remidos até a presente data, não muda, continuarão
393 isentos e que deseja somente aprovação da resolução em Plenária para envio ao Conselho Federal com o
394 percentual definido. Inclusive, sugerindo 90% (noventa por cento) de desconto. Relata ainda que deverá
395 ocorrer a seguinte situação: que quando da idade for a possível para requerer esse desconto, os economistas
396 vão optar por fazer o cancelamento do registro. O vice-presidente do COFECON, Odisnei Bega relata que
397 vão pedir o desligamento do Conselho sim. O Conselheiro Paulo Brene relata que pela resolução em
398 discussão não existe a permissão dos Conselhos em optar pelo desconto total – 100% acaba tirando essa
399 autonomia. O Conselheiro Antonio Denardi relata que se deixar a situação como está, até o limite de
400 setenta anos, o economista ao se aposentar aos sessenta e cinco anos e não exercer mais a profissão
401 provavelmente irá requerer o cancelamento, deixando um hiato de cinco anos na contribuição. O Presidente
402 Eduardo Garcia relata que podemos aprovar o desconto de noventa por cento de desconto na anuidade. O
403 vice-presidente do COFECON, Odisnei Bega relata que nosso público está ficando velho e logo aumentarão
404 os cancelamentos. O Presidente Eduardo Garcia relata que deseja encaminhar ao COFECON uma
405 manifestação na qual não abriam a possibilidade de desconto integral (100%), mantendo os padrões atuais.
406 E orienta a votação para os noventa por cento de desconto na anuidade. A Conselheira Silvana Vaz relata
407 que vale a pena para o economista pagar em torno de quarenta reais por ano? O assessor jurídico Rafael
408 Moro relata que pela Lei nº 12514/11 no segundo parágrafo que trata de desconto da anuidade serão dados

409 pelos respectivos Conselhos Regionais e o parecer do assessor jurídico Dr.Ovídio possui o mesmo
410 fundamento, portanto tem amparo legal. Qualquer subsídio ou isenção só poderá existir mediante lei
411 específica, esta não traz especificidades, é justo isentar parcialmente. O Conselheiro Marcos Kruse relata
412 que pelo fato de chegar aos setenta anos o economista continuar trabalhando deve continuar a contribuir.
413 Exercendo a profissão de economista. O Presidente Eduardo colocar em votação, sendo aprovada por
414 unanimidade a isenção de 90% nas anuidades discutidas nesta sessão, através da Resolução 004/2016.11.
415 **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo, o Senhor Presidente agradece presença de todos e às vinte e
416 duas horas dá por encerrados os trabalhos, dos quais eu, Gilberto Coelho de Miranda Junior, Assessor da
417 Presidência do CORECONPR, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai assinado por mim e
418 pelo Presidente do Conselho Regional de Economia da 6ª Região/PR e pelo Gerente Executivo Amarildo de
419 Souza Santos. Curitiba, ao décimo nono dia do mês de fevereiro de 2016.

420

421

422

423 Eduardo Moreira Garcia

424 Presidente

425

426

427

428 Amarildo de Souza Santos

429 Gerente Executivo

430

431

432 Gilberto Coelho de Miranda Junior

433 Assessor da Presidência